

FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA PROPOSTA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQIAPN+ NAS ESCOLAS

Maria Dalva de Souza Figueiredo ¹
Maria Abreu da Silva Oliveira Lima ²

RESUMO

O presente artigo apresenta como tema a formação continuada como instrumento relevante para capacitar profissionais da educação no enfrentamento a violência de gênero contra pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas. Busca analisar experiências pedagógicas para coletar informações sobre conflitos causados pela violência, contribuindo para a organização de propostas de formação continuada capazes de enfrentar os problemas que ocorrem na comunidade escolar. Esse processo educativo envolveu outras instituições e não se encerrou na escola. O método de pesquisa bibliográfica estabeleceu critérios e categorias para entender os processos políticos- metodológicos registrados nas produções acadêmicas buscando informações para saber quem são os trabalhadores(as) das escolas, um público majoritariamente composto por pessoas que sofreram violência as quais ameaçam a permanência delas nas escolas. Na elaboração da pesquisa bibliográfica foi possível constatar se as ações realizadas eram incipientes, pontuais, insuficientes aos docentes e estudantes e demais trabalhadores das escolas ou podem alterar a cultura institucional com potencial para ampliar e consolidar a permanência das pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas. Todas as questões levantadas foram referenciadas pelos seguintes autores: Silva (2000), Rios (2019), Louro (2019), Junqueira (2013), Seffner (2020), Souza e Silva (2019), Butler (2015) dentre outros. Os resultados apresentados a partir da leitura dos artigos, identificaram os problemas causados por essa violência, oferecendo análises de informações, que, quando mapeadas facilitaram a elaboração de categorias que forneceram subsídios para discutir a formulação de uma proposta de formação continuada.

Palavras-chave: Formação continuada, Diversidade sexual, Currículo, Violência, LGBTQIAPN+.

INTRODUÇÃO

A formação continuada implementada para a construção de práticas pedagógicas que abordem o preconceito, a discriminação, a diversidade sexual presentes em diferentes

¹ Doutoranda em Novas Tecnologias Digitais na Educação - UNICARIOCA-RJ; dalvafigueiredodoutorado@gmail.com;

² Doutoranda em Novas Tecnologias Digitais na Educação - UNICARIOCA-RJ; mariaabreudoutorado@gmail.com.



identidades sexual e de gênero é o objetivo do artigo apresentado para lidar com essa diversidade que tem provocado conflitos que contribuem para a exclusão e o abandono escolar. Portanto, é preciso criar formas de convivências nos espaços sociais, pois as pessoas LGBTQIAPN+ sofrem com a violência na escola. Além, de enfrentarem a invisibilidade social, essas discussões têm aumentado as posições contrárias ao gênero enquanto construção social.

A escola desempenha um papel ativo na formação e transformação da sociedade enquanto espaço de questionamento, mudança e transformação social. Mas, também contribui para a reprodução e perpetuação das estruturas sociais existentes. Como afirma Alarcão (2011, p. 103), “Gerir uma escola reflexiva é, pois, ser capaz de mobilizar as pessoas para serem esses atores sociais” .

A educação anda ao lado da política. Não de uma política partidária, mas, da construção diária da história, explica Scocuglia, (1999) ao afirmar que a aprendizagem está interligada ao aspecto social, cultural, político e econômico.

O artigo buscou respaldo na garantia dos direitos fundamentais do artigo 205 da Carta Magna que prevê educação para todos, oportunidades em diferentes espaços sociais e no artigo 206 que ratifica a liberdade de ensinar, aprender e o pluralismo das ideias, das concepções pedagógicas no ensino escolar. (BRASIL, 1988)

A LDB (9394/96) no artigo 3º, prevê ensino ministrado com respeito a liberdade, apreço e tolerância. Esses princípios norteadores não estão em consonância, pois, a pesquisa demonstrou que entre os conflitos provocados pela violência nas escolas públicas, constatou-se um grande desencontro entre esses princípios e o ambiente pedagógico. (BRASIL, 1996)

Para combater a violência contra LGBTQIAPN+ é necessário criar formas de convivências nos espaços sociais com as identidades e sexualidades das minorias, pois ainda precisam ser muito discutidas nos espaços escolares, pois os/as LGBTQIAPN+, assim como muitas mulheres, sofrem com o preconceito, são discriminadas, além de enfrentarem a invisibilidade social (Figueiredo, 2023, p.15)

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir a formação continuada de professores (as) para o enfrentamento da violência e do preconceito contra a população LGBTQIAPN+, a partir de uma abordagem que considere a diversidade sexual e de gênero como dimensões constitutivas do processo educativo. Acredita-se que investir em práticas pedagógicas reflexivas e inclusivas contribui não apenas para a valorização da diversidade, mas também para a consolidação de uma escola comprometida com os



direitos humanos, a cidadania e a justiça social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Louro (1997) afirma que a escola e o currículo refletem a sociedade e reproduzem a sociedade. Destaca que gênero e sexualidade não são dados naturais, mas sim produções sociais e culturais reconfiguradas e reinterpretadas ao longo do tempo e contribuem para aprofundar as desigualdades e as injustiças sociais.

Nesse sentido, Louro, (2014) a corporificação da sexualidade no currículo é um aspecto dinâmico, portanto não é possível a dessexualização do ambiente de ensino até onde é permitido falar de sexo, mas os problemas dessa natureza tendem a ser omitidos, ocultados porque geram discordância. Butler (2015, p. 154), o sexo como norma regulatória proporciona sua materialização no corpo, produzindo “[...] a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”. (Butler, 2015, p. 154)

A maioria das escolas, ao abordar a sexualidade não vai além da descrição anatômica dos aparelhos reprodutores, métodos anticoncepcionais, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Essa abordagem reduzida deixa de dar ao educando(a) a oportunidade de questionar suas possíveis diferenças em relação ao outro e ao que é formalmente imposto como normal. (Strapazzon, 2021).

O debate sobre sexualidade é essencial para os professores(as) enfrentem as dificuldades ao tentar contribuir para a não perpetuação de preconceitos. Pois, “as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola.” (Junqueira, 2009, p.30).

A falta de diálogo acerca da diversidade sexual contribui para o silenciamento, invisibilidade e exclusão das pessoas que assumem padrões fora da matriz heterossexual, principalmente no ambiente escolar, reforçando valores heteronormativos (Junqueira, 2013). Segundo, Rios, (2019), faz-se urgente o debate em torno de questões que foram historicamente “naturalizadas” e disseminadas, produzindo supostas formas únicas de se viver as subjetivações de gênero e sexualidade, a exemplo da heteronormatividade compulsória. (Rios, 2019, p. 168).

Desse modo, o poder disciplinar, que recai sobre os corpos no contexto escolar, é disseminado por práticas educativas instituídas à medida em que hierarquizam, padronizam espaços, atividades pedagógicas, cores, modos de se comportar, brinquedos



e brincadeiras, como sendo de meninos e de meninas(Rios, 2019, p. 171). Entretanto, é possível, trabalhar noções de corpo, espaço e pertencimento nessa discussão questionando as razões de serem atribuídas determinadas características aos corpos LGBTQIAPN+ imaginados, apontando quais conceitos foram conectados de forma equivocada ou não, e os motivos (Souza, Silva, 2019)

Nesse contexto, a BNCC ressalta, a importância de exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 10).

A BNCC, pelo olhar de Silva (2007) enquanto documento oficial, aponta para a questão do currículo, estimula varios questionamentos e suas respectivas relações. Nesse sentido, segundo Silva “ o currículo é lugar, espaço, território. É relação de poder, trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade.” (Silva, 2007, p. 7).

As relações de poder, segundo Silva (2000, p. 200), apontam que os significados não são criados e colocados em circulação de forma individual e desinteressada. Eles são produzidos e disseminados. Portanto, representar implica em conceituar aquilo que a realidade cultural, em determinado momento histórico, fórmula os conhecimentos e verdades do que se quer representar.

A escola ao implementar o currículo torna-se um espaço de construção e transmissão de saberes, valores e preconceitos fabrica sujeitos e produz identidades. Portanto, ao capacitar professores(as) Camargo (2021) ressalta que abordar identidade de gênero e sexualidade na formação continuada com a intenção de manter o compromisso da educação com os Direitos Humanos é necessário rediscutir as práticas pedagógicas para que sejam criadas ações livres de opressões de gênero e sexualidade.

Pensando a escola como um espaço público, entende-se que a diferença e a diversidade serão respeitadas. Pois, na escola se aprende o valor do respeito a liberdade de crença e de livre manifestação de ideias. (Seffner, 2020, p. 79). As diferenças de gênero e sexualidade são visíveis a todo momento na escola, mesmo quando a atividade solicitada pela professora não envolve esses temas, estas diferenças podem aparecer, e em muitas oportunidades é adequado que possam ser problematizadas (Seffner, 2020, p. 83). Louro (2014) afirma ainda que as práticas pedagógicas precisam renovar atenção de questionamento e desconfiança, sendo uma das tarefas mais urgentes (Louro, 2014, p. 67).



É possível trabalhar noções de corpo, espaço e pertencimento nessa discussão, questionando as razões de serem atribuídas determinadas características aos corpos LGBTQIA+ imaginados, apontando quais conceitos foram conectados de forma equivocada ou não, e os motivos. (Souza, Silva, 2019). Martins e Cruz (2021) destacam que a formação continuada em gênero e sexualidade, deve ser estruturada e aprofundada, para evitar que o tema seja negligenciado. Reafirmam a necessidade de uma fundamentação teórica com estratégias e métodos de ensino inovadores desde o planejamento das formações, durante o processo formativo, criando redes de apoio para enfrentar os desafios em sala de aula.

Para Oliveira (2025) o momento da formação docente é uma oportunidade de discutir a temática de gênero e sexualidade por meio de metodologias colaborativas e participativas. A ressignificação das práticas pedagógicas ao desenvolver a temática é essencial para motivar os participantes para que sejam ativos no processo de produção do conhecimento e promover a aprendizagem significativa e contextualizada sobre a temática.

METODOLOGIA

Para compreender a importância da formação continuada de professores(as) no enfrentamento da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ na escola orientou a elaboração de uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2002, p. 44) “[...] embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”. Gil (1999, p. 65) ainda explicita que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está relacionada ao fato de permitir “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Os estudos de Conceição; Silva (2024) destacam que a revisão da literatura, também chamada de “estado da arte” evita “reinventar a roda”, identifica lacunas no conhecimento, sustenta a construção analítica robusto para interpretar resultados, As afirmações de Arantes (2021) embora com foco em distinções metodológicas, justificasse, pois, o autor analisa a pesquisa bibliográfica em comparação à pesquisa documental e à revisão sistemática que nortearam a elaboração deste trabalho que adotou os seguintes procedimentos: seleção das fontes: artigos científicos, dissertações, teses e livros



localizados em bases como SciELO, Google Acadêmico e periódicos da área de Educação e Ciências Sociais.

Para os critérios de inclusão foram selecionados materiais que abordassem formação docente, diversidade sexual, gênero, homofobia, currículo escolar e práticas pedagógicas inclusivas. Os critérios de exclusão foram descartados publicações sem relação direta com a temática ou que tratassem de diversidade sexual apenas em perspectivas biomédicas ou psicológicas, sem relação com o campo da educação. A organização das categorias de análise dividiu-se em: (1) concepções de gênero e sexualidade; (2) violência, preconceito e exclusão escolar; (3) propostas e limites da formação continuada de professores(as).

A leitura e sistematização dos textos possibilitaram mapear diferentes experiências e perspectivas teóricas, permitindo identificar as lacunas e potencialidades existentes na formação continuada de professores(as) voltada para diversidade sexual e gênero no contexto escolar para organizar as contribuições das referências teóricas na construção de uma prática pedagógica inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do material bibliográfico revelou que a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas permanece como um desafio estruturante, marcado por homofobia, transfobia e silenciamentos curriculares (Junqueira, 2009; Louro, 1997; Strapazzon, 2021). Embora existam avanços em políticas públicas, como a BNCC (2018), verificou-se que a temática da diversidade sexual continua marginalizada, reduzida a conteúdos superficiais sobre reprodução e prevenção de doenças (Silva, 2007; Camargo, 2021).

Durante o estudo foram selecionados alguns eixos relevantes para a pesquisa: a invisibilidade curricular; questões de gênero e sexualidade; exclusão das vivências LGBTQIAPN+ do cotidiano escolar e os impactos da discriminação, homofobia, transfobia que resultaram em evasão escolar e limitação no exercício da cidadania de estudantes LGBTQIAPN+, além de constatar o potencial da formação continuada de professores(as).



1. Invisibilidade Curricular

O currículo escolar continua é heteronormativo, que silencia e exclui as experiências LGBTQIAPN+. Louro (1997, 2014, 2019) e Silva (2007, 2000) apontam que o currículo não é neutro, produz identidades refletindo e reproduzindo os valores sociais vigentes.

A omissão de discussões sobre sexualidade e identidade de gênero nos conteúdos curriculares formais resulta em uma experiência escolar marcada pela não representatividade. Junqueira (2009, 2013), destaca que as homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são ausentes não só do currículo, mas também dos livros didáticos e das abordagens sobre direitos humanos.

Essa invisibilidade curricular não apenas reforça a heteronormatividade, mas naturaliza exclusões, como evidenciam Butler (2015) e Strapazzon (2021), ao discutir a forma limitada como a sexualidade é abordada nas escolas, geralmente restringindo-se a aspectos biológicos e reprodutivos.

2. Questões de Gênero e Sexualidade

As discussões sobre gênero e sexualidade enfrentam resistência social e institucional. Louro (1997, 2014, 2019) e Butler (2015) destacam que gênero e sexualidade são construções sociais e culturais, e que a recusa em debater essas temáticas na escola aprofundam as desigualdades sociais e a intolerância.

Rios (2019) afirma que a escola, ao não problematizar tais questões, contribui para a reprodução da norma heterossexual. Argumenta que práticas educativas disciplinam os corpos e comportamentos, hierarquizando o que é “aceitável” e reforçando padrões binários e excludentes.

Souza e Silva (2019) propõem trabalhar com noções de corpo, espaço e pertencimento, questionando os conceitos naturalizados atribuídos aos corpos LGBTQIAPN+. A escola precisa criar espaços de diálogo e escuta, onde as diferenças possam ser reconhecidas, discutidas e respeitadas (Seffner, 2020).

3. Exclusão das Vivências LGBTQIAPN+ no Cotidiano Escolar

A exclusão das experiências LGBTQIAPN+ nas escolas ocorre de forma sistemática. Figueiredo (2023) e Rios (2019) ressaltam que a ausência de espaços seguros e representatividade contribui para o silenciamento e o isolamento desses sujeitos.

A violência simbólica e estrutural (através de práticas escolares, relações interpessoais, e invisibilidade institucional) se manifesta no cotidiano das escolas



públicas, como evidencia Junqueira (2009, 2013). Isso se reflete na dificuldade de permanência dos(as) estudantes LGBTQIAPN+ no ambiente escolar.

A BNCC (BRASIL, 2018) propõe a promoção do respeito e da diversidade, mas a realidade observada nas escolas contradiz os princípios da própria LDB (BRASIL, 1996), como apontado na pesquisa. Isso revela um descompasso entre a legislação educacional e as práticas pedagógicas cotidianas.

4. Impactos da Discriminação, Homofobia e Transfobia: Evasão Escolar e Limitação da Cidadania

A violência enfrentada por estudantes LGBTQIAPN+ se reflete em graves consequências, como o abandono escolar, danos emocionais e exclusão social. A escola, longe de ser um espaço de proteção, acaba sendo um ambiente de dor, medo e repressão. Como observado por Figueiredo (2023), a evasão escolar LGBTQIAPN+ está relacionada à hostilidade nos espaços escolares, limitando o exercício da cidadania, pois o acesso à educação é um direito constitucional garantido pelos artigos 205 e 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Além disso, a naturalização da violência simbólica contribui para a invisibilidade dessas vivências, criando um ciclo de exclusão contínuo. Como ressalta Rios (2019), a escola participa ativamente da construção de subjetividades marcadas por opressão e silenciamento.

5. Formação Continuada de Professores(as)

A formação continuada foi apontada como um eixo central para a transformação da realidade escolar. Diversos autores defendem que o enfrentamento das opressões de gênero e sexualidade deve partir da capacitação docente, com base em fundamentação teórica e metodologias críticas e participativas.

Martins e Cruz (2021), Camargo (2021) e Oliveira (2025) afirmam que a formação deve ser estruturada com planejamento, colaboração e comprometimento com os Direitos Humanos, criando redes de apoio entre docentes para lidar com os desafios em sala de aula.

Segundo Scocuglia (1999), à docência não pode estar separada da discência: o professor deve ser pesquisador, colaborador e agente de transformação. A formação precisa instigar o(a) docente a repensar suas práticas pedagógicas e sua postura frente à diversidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada promove a atualização conhecimentos, possibilitando aos professores(as) aperfeiçoarem suas práticas pedagógicas permanecendo em constante adaptação as mudanças que ocorrerem no campo educacional. É fundamental capacitar os educadores(as) para que possam lidar com situações de violência na sala de aula e acolher alunos(as) que são vítimas de preconceitos e discriminação. Portanto, a conscientização da gravidade desses conflitos é essencial para a inclusão e do respeito à diversidade.

A violência contra LGBTQIAPN+ é um grave problema social e a inclusão nas atividades de formação continuada, abre espaço político pedagógico para incluir os problemas enfrentados na sala de aula no currículo escolar. Essa inclusão permite romper a barreira do silenciamento contribui para exclusão para o fracasso, a evasão escolar. A formação de educadores/as críticos/as é um recurso importante que oportuniza professores e professoras a repensarem seus discursos e práticas em sala de aula, a partir de uma perspectiva crítica e inclusiva.

A discussão sobre gênero e sexualidade contribui para o enfrentamento da violência estrutural contra pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas promovendo o diálogo, contribuindo na formulação de políticas de formação continuada voltadas para o estudo de gênero e sexualidade. Embora já existam iniciativas relevantes, o desafio ainda está em consolidar políticas permanentes de formação capazes de integrar teoria e prática, reconhecendo que o respeito a diversidade e uma educação inclusiva e equitativa é um direito humano fundamental.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARANTES, Thiago Ramalho Rezende de. Pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e revisão sistemática: aspectos definidores e breves considerações. Universidade Federal de Alfenas, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cei/article/view/2662>. Acesso em 05 abr.2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. *Sapere Aude* – Belo Horizonte, v.6 - n.11, p.12-16 – 1º sem. 2015. ISSN: 2177-6342

CAMARGO, Daniel. Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 21, p. e13158, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.13158. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13158>. Acesso em: 21 set. 2025.

CONCEIÇÃO, Cristina Palma; SILVA, Francisco. Pesquisa, citação e referenciação bibliográfica: orientações práticas. Estoril: Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, 2024.

FIGUEIREDO, Maria Dalva de Souza. Formação Continuada Baseada Em Tecnologias Digitais para o Enfrentamento da Violência Contra Pessoas LGBTQIAPN+: Colaborando para a Construção de uma Política Pública, UNICARIOCA, RJ, 2023. Disponível em: <https://proximal.unicarioca.edu.br/portal/formacao-continuada-baseada-em-tecnologias-digitais-para-o-enfrentamento-da-violencia-contr-pessoas-lgbtqiapn-colaborando-para-a-construcao-de-uma-politica-publica/>. Acesso em 15 agos.2025.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Gil, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUNQUEIRA, Rogério. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação / UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, Aline Madalena; CRUZ, Tânia Mara. Experiências docentes de formação continuada sobre gênero e sexualidade no ensino fundamental. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 284–301, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riac/article/view/63461>. Acesso em: 05 set. 2025.



Oliveira, Bruna Valeriana Rodrigues de. *Formação Continuada De Professores/As Em Gênero e Sexualidade: Desafios e Possibilidades para a Educação*, Universidade Federal de Uberlândia, 2025.

RIOS, Pedro Paulo Souza. *Estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano*. 2019. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas*. 7ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

STRAPAZZON, Jair Adriano. *Diversidade sexual e de gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos*. 1. ed. Blumenau: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643836>. Acesso em 08 de agos.2025.

SEFFNER, Fernando. *Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade O delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir*, 2020, UFRGS. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095>. Acesso em 10 de jul.2025.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Lidyane Maria Ferreira de; SILVA, Pedro Henrique Monteiro da. *Direitos das Pessoas LGBTQIA+*. Sequência Didática. Gênero e Educação [online]. 2019. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/mude-sua-escola-tipo/materiais-educativos/plano-de-aula/direito-das-pessoas-lgbtqia/>. Acesso em 09 de set.2025.

